Página 13

Nº 87 MAIO/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

CONCLAT

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CGTB realizarão, no dia 1º de junho de 2010, às 10hs, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo – SP, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora para, numa grande Assembléia, reunir dezenas de milhares de dirigentes e ativistas sindicais de todo o País para discutir e deliberar sobre um projeto nacional de desenvolvimento, iniciativa inédita e histórica que marcará a trajetória do movimento sindical através da afirmação do protagonismo e da unidade dos trabalhadores. pp. 4 e 5

DILMA PRESIDENTE

Mais iniciativa, política e mobilização pp. 2 e 3

EDITORIAL

Manter alta a guarda

Esta edição de Página 13 circula na véspera de dois importantes encontros. O primeiro deles é a Conferência nacional da classe trabalhadora, marcada para o dia 1 de junho de 2010. O segundo deles é a Convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, exigência legal para formalizar a candidatura de Dilma Roussef à presidência da República do Brasil, no dia 13 de junho.

Espera-se que do primeiro encontro brote, não apenas uma plataforma da classe trabalhadora para as eleições 2010, mas também o apoio formal à candidatura de Dilma Roussef.

Espera-se que o segundo encontro seja o pontapé oficial de uma candidatura e de uma linha de campanha com iniciativa, capacidade de mobilização e dotada de uma linha política que responda aos interesses das classes trabalhadoras brasileiras.

*

Segundo pesquisa Vox Populi divulgada no dia 14 de maio, Dilma Roussef está liderando a disputa presidencial, com 38 pontos contra 35 pontos de Serra. Mas a eleição presidencial de 2010 não está ganha. Nunca esteve. Longe disso. Para vencer, teremos que conquistar o voto de todos & todas que desejam a continuidade das políticas do governo Lula. Teremos que equacionar as variadas coligações estaduais, com a coligação nacional. Teremos que derrotar a Santa Aliança formada pelo grande capital, pelos meios de comunicação e pelos partidos de direita. E teremos que travar com força o debate sobre o passado, o presente e o futuro do Brasil. E, finalmente, mas não em último lugar, não nos basta ganhar; é preciso ganhar, criando as condições ideológicas, sociais e institucionais que tornem possível que o governo Dilma Roussef seja superior ao governo Lula.

Nada disso é fácil. No momento em que fechamos esta edição, meados de maio, já tivemos algumas semanas de pré-campanha, iniciada no dia em que Dilma Roussef se desincompatibilizou da condição de ministra. Nessas poucas semanas, houve acertos e avanços importantes, dentre os quais o apoio do Partido Socialista Brasileiro. Mas também houve desacertos e desencontros, o principal dos quais não surgiu da campanha, mas sim da Quinta Coluna que dirige o Banco Central.

Há tempo para corrigir o que deve ser corrigido. Mas para isto, é importante admitir que há problemas, dentre os quais uma certa dificuldade na coordenação política, inadmissível para um Partido que não está apenas disputando uma eleição.

Comecemos por aí, falando claramente: perder a eleição de 2010 não seria uma derrota eleitoral. Seria um desastre. Um desastre para o mundo, para a América Latina, para o Brasil, para a esquerda social e partidária brasileira. A começar pelo PT.

Uma vitória demotucana desembocaria num ciclo reacionário, por três motivos principais.

O primeiro deles: existe um sentimento fascista, antipopular, antiesquerda, antidemocrático, sendo cultivado todo santo dia pela mídia. Basta ler os colunistas da *Folha de S. Paulo*, outrora um jornal que gostava de ser visto como "moderno" e que agora se orgulha de ostentar protofascistas no seu plantel de comentaristas. Outra alternativa: ouvir o que falam certos intelectuais que foram da esquerda para a lumpen-direita, os Magnoli, Azevedo, Jabor et caterva. O ódio que esta gente estimula com palavras, a repressao que governos estaduais e municipais de direita já implementam, em caso de vitória se transformaria em perseguição federal.

O segundo motivo: a crise internacional exige medidas fortes por parte do governo brasileiro. Um governo demotucano tomaria medidas fortes compatíveis com seu compromisso de classe. E buscaria garantir a execução destas medidas, através da criminalização dos movimentos e dos partidos de esquerda.

O terceiro motivo: as eleições de 2014. Se conseguisse vencer em 2010, a direita não quereria correr o risco de perder em 2014. E para não correr este risco, trabalharia para vencer no W.O., buscando demolir, pedaço por pedaço, a esquerda brasileira, a começar pelo PT.

Nada disto, é bom dizer, se restringe ao Brasil. Uma vitória demotucana no Brasil libertaria as forças da reação nos demais países do continente e mandaria um sinal terrível para todo o mundo.

Por tudo isto, é preciso corrigir imediatamente o que precisa ser corrigido, a começar pela coordenação política, que deve ser exercida plenamente pela direção do PT, junto com os demais partidos de esquerda e partidos aliados.

*

Coordenação política implica, antes de mais nada, em ter claro que a eleição de 2010 é de confronto programático sobre o passado (o balanço da era FHC), sobre o presente (o balanço do governo Lula), mas também sobre o futuro (o que

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

implica em dizer o que será o governo Dilma, inclusive naquilo em que se diferenciará, para melhor, do que conseguimos fazer desde 2003).

A comparação entre o passado (o governo FHC) e o presente (o governo Lula) nos é amplamente favorável. Por isto Serra diz que o passado é "assunto para historiadores"; se apresenta como "pós-Lula" e não como "anti-Lula"; e afirma que a disputa é sobre escolher Serra ou Dilma.

Já a campanha Dilma não pode nem deve renunciar a falar do passado (a herança maldita deixada por FHC), defender o presente e discutir o futuro do Brasil. Até porque o neoliberalismo, embora não esteja morto, não comparece sozinho ao debate. Junto estão os defensores do "desenvolvimentismo conservador", a saber: crescimento sem distribuição de renda e riqueza, sem reforma agrária nem tributária, sem reforma política nem democracia na comunicação social, sem integração continental nem política externa soberana.

Nossa campanha defende um programa desenvolvimentista de outra natureza, capaz de combinar crescimento econômico com igualdade social, democratização política, soberania nacional e integração continental.

Falar deste futuro é dar garantias ao povo (e não ao empresariado) de que Dilma presidente significa "continuidade", e que "continuidade" para nós significa continuar mudando e mudando cada vez mais rápido.

Deste ponto de vista, trabalhamos para contrabalançar a influência de Antonio Palocci (que nos seus bons tempos elogiava publicamente a herança fernandista) e Fernando Pimentel (um defensor da aproximação estratégica entre PT e PSDB) na coordenação de campanha; denunciamos Henrique Meirelles, que faz chantagem permanente contra o desenvolvimento do país, exagerando os riscos de inflação para justificar os juros altos; e lembramos que para não confundir a militância, melhor não cair em provocações da direita sobre o que Dilma pensa desta ou daquela tática do movimento social, pois o importante é o conjunto da obra: sem muita luta e mobilização social, nada mudaria nem mudará neste país.

Por isto, o MST é tão odiado pela direita. Aliás, recente pesquisa mostrou que 53% do empresariado aplaude a política econômica do governo Lula, mas 78% do mesmo empresariado votará no candidato do PSDB. Os motivos, provavelmente, incluem aquele exposto por Kátia Abreu, da CNA, com a crueza que lhe é peculiar: segundo ela, uma parte do governo (o PT e a esquerda) "acredita apenas no coletivo e não admite a produção privada".

Frente a um governo apoiado pela maioria da população e frente ao nosso crescimento nas pesquisas, a oposição está mobilizando o conhecido repertório anticomunista.

Distorções e exageros à parte, os grandes proprietários acreditam que seus interesses "históricos" estarão mais seguros num governo de centro-direita. A ultra-esquerda, claro, não percebe isto: diz que "se Serra e Dilma forem ao segundo turno", proporá voto nulo.

Frente a um governo apoiado pela maioria da população e frente ao nosso crescimento nas pesquisas, a oposição está mobilizando o conhecido repertório anticomunista ("terroristas", "corruptos", "mentirosos" etc.). Algumas vezes com o auxílio da cândida Marina Silva, que agora deu de criticar a política do governo Lula frente ao Irã e Cuba.

Para enfrentar este tipo de campanha, precisamos de mais iniciativa política, debate ideológico e engajamento da base partidária, social e eleitoral. Que virá mais rápido, se a campanha revelar mais iniciativa, firmeza nas respostas à manipulação da mídia, além de evitar "engenharias eleitorais" que nos atrapalham, como a tentativa de impor o apoio do PT ao PMDB de Sarney no Maranhão e ao PMDB de Hélio Costa em Minas Gerais, para não falar da fracassada operação Ciro governador de São Paulo.

Como dissemos no início deste artigo, a eleição presidencial não está ganha, longe disto. Mas será ganha, na exata medida que o PT, em particular sua direção nacional, assumir o papel que é seu na campanha, apostando na mobilização e polarização. E lembrando sempre que eleição presidencial não é seleção de gerentes: exige emoção e política, muita política!

Para os tucanos, que têm dificuldade para defender publicamente seu programa real, a fulanização extrema é bom diversionismo, até porque soe recolher apoios em searas alheias, como Ciro Gomes (PSB), para quem Serra seria "mais preparado, mais legítimo, mais capaz"; e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), "amigo de Serra" que afirma não conhecer Dilma: "nunca a vi. Ela não é uma figura clássica da política".

Declarações deste naipe, só Freud explica. De nossa parte, só nos resta dizer que, fulano por fulana, a nossa tem muito mais classe, como pessoa e principalmente como porta-voz de um programa de transformações para o Brasil. ★

Duas chapas na eleição da Fenaj

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) renovará sua diretoria nos dias 27, 28 e 29 de julho. Duas chapas cutistas disputam a eleição. A Chapa 1, "Virar o Jogo!", é encabeçada por Celso Schröeder e apoiada pela Articulação Sindical e PCdoB. A Chapa 2, "Luta,Fenaj!", encabeçada por Pedro Pomar, conta com a participação da Articulação de Esquerda e de outros setores do PT, do PSOL e até de militantes do PCdoB. A eleição é direta, bastando, para votar, que o jornalista seja sindicalizado e esteja em dia.

Embora siga majoritária na categoria, a situação está vivendo uma crise sem precedentes, depois de acumular uma série de derrotas em questões cruciais, como o diploma e a regulamentação profissional. Suas negociações com o empresariado na Conferência Nacional de Comunicação, à revelia da base, e outras decisões equivocadas fizeram-na perder apoio de parte das direções dos sindicatos de jornalistas.

A Chapa 2, por seu turno, está presente em 14 Estados e 16 sindicatos, entre eles os que concentram o maior número de eleitores jornalistas. As mulheres são maioria na chapa, com quase 55% dos 42 integrantes, o que mostra sintonia com o perfil atual da categoria.

Manifesto

O manifesto da Chapa 2 lembra que a derrubada do diploma pelo STF "seguiu-se às muitas derrotas que temos sofrido nas últimas décadas", entre as quais a extensão "informal" da jornada para 10 e até 12 horas diárias e a disseminação de variadas formas de precarização na relação trabalhista — como a "pejotização" (transformação fraudulenta do jornalista assalariado em pessoa jurídica) e a farta utilização de "estagiários".

Ainda segundo o Manifesto, é preciso "renovar a direção da entidade, oxigená-la, pois de tanto revezar-se no seu comando, em diversas gestões consecutivas, o grupo dirigente atual vem incorrendo em práticas viciadas, que a afastaram dos sindicatos e das bases da categoria". O texto afirma que "democratizar a Fenaj é parte do esforço para unificar nacionalmente os jornalistas".

A Chapa 2 pretende ampliar a luta pela regulamentação profissional, de modo não só a retomar os pontos suprimidos pelo STF (como a qualificação superior e a definição das funções jornalísticas), mas também a avançar na garantia das condições adequadas para a produção de um jornalismo de qualidade.

A proposta é fazer da Fenaj uma entidade combativa: "Em meio ao aumento da jornada, deterioração das condições de trabalho, intransigência patronal, assédio moral, não é possível que a direção da Fenaj recuse-se a 'sujar as mãos' com estes problemas que denotam um crescente grau de espoliação dos jornalistas pelos senhores da mídia. Vale lembrar: somos jornalistas, somos trabalhadores!" ★

Conferência nacional da Classe Trabalhadora

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CGTB assinaram manifesto conjunto de convocação para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, cuja Assembléia será realizada no dia 1º de junho, no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Leia abaixo a íntegra do manifesto.

Todos à Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

Assembléia dia 1º de junho

Companheiras e companheiros,

As eleições gerais de 2010 serão um momento decisivo para o PAÍS e para a democracia que estamos construindo, pois se realizarão num quadro político singular, caracterizado pelo crescimento sustentado da economia, pelo regime de amplas liberdades democráticas e pela afirmação do papel propositivo do movimento sindical e da classe trabalhadora, possibilitado por um largo processo de unidade de ação entre as centrais sindicais.

A campanha eleitoral será marcada pela acirrada disputa entre distintos e divergentes projetos políticos e de desenvolvimento para o País nos próximos anos. As diferentes candidaturas apresentarão à sociedade e ao debate político suas propostas e programas de governo. É do interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como da maioria do povo e daqueles que aspiram uma sociedade justa, fraterna e democrática, que este processo de formulação envolva e mobilize milhões de brasileiros.

A conquista da política de valorização do salário mínimo, a atualização da tabela do Imposto de Renda, a ratificação da Convenção 151 da OIT - que estabelece a negociação coletiva do serviço público e o próprio reconhecimento das centrais são resultados dos avanços do ultimo período.

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CGTB realizarão no dia 1º de junho de 2010, âs 10hs no Estádio do Pacaembu, em São Paulo – SP, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora para, numa grande Assembleia, reunir dezenas de milhares de dirigentes e ativistas sindicais de todo o País para discutir e deliberar sobre um projeto nacional de desenvolvimento, iniciativa inédita e histórica que marcará a trajetória do movimento sindical através da afirmação do protagonismo e da unidade dos trabalhadores.

Convocamos, portanto, o conjunto do movimento sindical brasileiro para se fazer presente em São Paulo no dia 1º de junho. É fundamental que, desde já, sejam organizadas representativas caravanas sindicais de todos os estados e regiões do Brasil, com trabalhadores do campo e da cidade, da ativa e aposentados, jovens, mulheres e homens, para que nossa Conferência seja uma massiva demonstração da diversidade brasileira e da determinação da classe trabalhadora.

Sua presença é decisiva, faça parte desta história!

Viva a unidade dos trabalhadores!
VIVA O BRASIL!

Central Única dos Trabalhadores
Artur Henrique da Silva – Presidente

Força Sindical
Paulo Pereira da Silva – Presidente

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Wagner Gomes – Presidente

Nova Central Sindical dos Trabalhadores
José Calixto Ramos – Presidente

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Antônio Neto – Presidente

Plataforma para as eleições 2010

Artur Henrique da Silva Santos
Presidente nacional da CUT

A CUT tem assumido, cada vez mais, um papel protagonista no enfrentamento dos grandes temas nacionais, reafirmando-se como o principal instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

O ano de 2010 terá, certamente, um acirramento da disputa de projetos para o Brasil. Pode significar, para a classe trabalhadora brasileira, um ano de garantia da continuidade e aprofundamento de políticas que corroboram com nossas concepções democráticas e socialistas. Como não permitiremos retrocessos em relação aos avanços conquistados nos últimos oito anos, a CUT intensifica sua estratégia organizativa e de lutas pela consolidação de um modelo de desenvolvimento que tenha como elementos decisivos a valorização do trabalho e a participação popular, construindo propostas de diretrizes para um projeto nacional de desenvolvimento, consubstanciadas na Plataforma da CUT para as Eleições 2010.

Elaboramos um Documento com base no processo de reflexão e debates acumulados na Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, traduzindo os pressupostos já definidos nos Congressos Nacionais em políticas concretas de valorização do trabalho; buscamos, então, consolidar uma proposta de desenvolvimento, considerando a visão de desenvolvimento sustentável e a articulação de políticas de crescimento econômico e valorização do trabalho com políticas de distribuição de renda, geração de emprego decente, inclusão social e democratização das relações de trabalho; aliadas à formulação de propostas para o desenvolvimento regional, capazes de concatenar políticas públicas nacionais e locais, possibilitando que a Central dê consecução ao seu papel negociador, em nível nacional, regional e local, e de defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora brasileira.

A Plataforma será o instrumento para consolidação das parcerias no movimento ⇨

sindical e social, enraizamento das propostas e intervenção efetiva nas eleições 2010. A partir do lançamento nacional, as ações concentrar-se-ão na divulgação, com atividades regionais e estaduais. Está conformada com base em três Diretrizes Gerais: Valorização do Trabalho; Igualdade, Distribuição de Renda e Inclusão Social e, Estado Democrático com caráter público e participação ativa da sociedade; que se desdobram em diretrizes e propostas específicas.

Deverá, então, se constituir num efetivo instrumento de debate e comprometimento dos/as candidatos/as às eleições 2010; no entanto, não se esgota nesse momento. Reúne um conjunto amplo de propostas, elaboradas coletivamente em nossos fóruns e por nossas entidades filiadas e orgânicas. Deve sim, constituir-se numa fonte de referência para posicionamentos e uma permanente ferramenta de negociação e mobilização. Mais ainda, instrumento de acompanhamento das políticas a serem implementadas, no país, no próximo período.

Portanto, convictos de que o pleno exercício da cidadania é essencial na formação da consciência crítica e da caminhada para uma nova sociedade, arregacemos as mangas para mais uma árdua e decisiva tarefa – disputar os rumos do Brasil; e, novamente, utilizamos as sábias palavras de Guimarães Rosa, que diz "o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". ★

Diretrizes da Plataforma

1. Valorização do Trabalho

- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento na perspectiva do pleno emprego
- Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho
- Desenvolver políticas específicas de proteção social à saúde dos trabalhadores/as nos locais de trabalho
- Desenvolver ações de combate à discriminação
- Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos
- Desenvolver políticas efetivas de proteção dos trabalhadores mediante as medidas de mitigação e adaptação as mudanças climáticas
- Garantir trabalho decente no desenvolvimento do comércio e serviços

2. Igualdade, distribuição de renda e inclusão social

- Ampliar o papel redistributivo do Estado
- Consolidar Sistema de Seguridade Social
- Ampliar investimento em infra-estrutura e serviços sociais
- Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Elevar o investimento em habitação popular de interesse social
- Garantir a mobilidade baseada no transporte coletivo
- Garantir o saneamento básico e o acesso à água potável a todos os cidadãos e cidadãs na área urbana e rural
- Garantir diversidade, eficiência e controle social da Política Energética
- Valorizar a Educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis
- Melhorar as condições de educação no campo
- Reduzir as desigualdades regionais
- Fortalecer a agricultura familiar
- Avançar na reforma agrária
- Avançar na economia solidária

3. Estado Democrático, com caráter público e participação ativa da sociedade

- Adequar estrutura, a gestão e o orçamento públicos para a promoção do desenvolvimento sustentável
- Consolidar e ampliar espaços de participação social e política
- Coordenar a política macroeconômica como parte do projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.
- Adequar o papel dos bancos, das empresas públicas e Fundos de Pensão ao desenvolvimento sustentável
- Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda
- Fortalecer o papel do servidor público no processo de desenvolvimento
- Consolidar Política ambiental consoante com projeto de desenvolvimento
- Política Industrial produzindo com eficiência e sustentabilidade
- Garantir a soberania, a integração e a solidariedade na Política Externa Brasileira
- Promover segurança pública
- Democratizar os meios de comunicação.

Balanço positivo

Página 13: **Quais são as principais ações que o 10º CONCUT apontou para esse próximo período?**

Expedito Solaney: O eixo do 10º CONCUT resume bem: desenvolvimento com trabalho, renda e direitos. O Congresso debateu, fundamentalmente, que tipo de desenvolvimento o país precisa, já que tivemos, em outros momentos históricos, muito desenvolvimento sem nenhuma distribuição de renda e direitos. Nesse sentido, foi apontado que o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas públicas e sociais que garantam uma melhora de vida para a classe trabalhadora, que a enorme lucratividade de vários setores econômicos seja tributada progressivamente para que a população pobre e trabalhadora, e que produz a riqueza desse país, tenha acesso a serviços públicos de qualidade. Relacionado a isso, o Congresso apontou a necessidade de fortalecimento do projeto cutista para a disputa de hegemonia na sociedade, que passa pelo fortalecimento dos direitos trabalhistas; pelo fim do trabalho infantil e escravo; por políticas transversais de gênero, diversidade sexual, combate ao racismo, juventude, trabalhadores/as com deficiência, aposentados e pensionistas, meio ambiente, saúde do trabalhador, entre outras; pela retomada da disputa ideológica; pelo projeto organizativo, formativo e de comunicação da CUT; pelo controle social dos meios de comunicação; por uma política internacionalista; pelo aprofundamento nas relações com os movimentos sociais. A partir desses eixos, o CONCUT apontou também para a construção de uma plataforma eleitoral da CUT para o processo eleitoral de 2010.

Página 13: **Como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários pode politizar o debate sindical no país?**

Solaney: Primeiro, demonstrando que a produtividade do Capital, ou seja, das grandes empresas, do agronegócio, do grande comércio, dos bancos, aumentou muito mais que os salários desde a última alteração da jornada, feita pela Constituinte de 1988. Segundo, que diminuindo a jornada de trabalho sem redução de salários é possível gerar mais empregos: com menos horas de trabalho, mais pessoas trabalham. Finalmente, sabemos que uma das causas do enfraquecimento da luta sindical é o medo de demissões, por isso, com a diminuição das taxas de desemprego,

é possível aumentar a capacidade de luta dos trabalhadores e trabalhadoras para que continuem e aumentem o grau de reivindicações, transformando as exigências econômicas em conquistas políticas.

Página 13: **Na relação com o Governo Federal, qual deve ser o papel da CUT?**

Solaney: A CUT passou por dois momentos distintos durante o Governo Lula. No primeiro governo, adotou uma postura mais complacente, vide a reforma da previdência. No segundo mandato, reavaliando a postura anterior, adotou um posicionamento mais crítico e autônomo, recuperando sua combatividade e protagonizando importantes lutas, como as exigidas pelas Marchas da Classe Trabalhadora, incluindo no debate nacional importantes temas como, por exemplo, a redução da jornada, o fim do fator previdenciários, as convenções 151 e 158 da OIT, entre outras. A melhor forma de apoiarmos as mudanças em curso no país é pressionar o governo para que atenda os interesses dos trabalhadores e trabalhadores, sabendo que sua composição é contraditória, que a direita precisa ser derrotada dentro e fora desse governo.

Página 13: **Vivemos um momento de fragmentação do movimento sindical com a saída de várias correntes da CUT. Como você analisa esse processo?**

Solaney: Creio que seja uma combinação de vários fatores: conjunturais, de erros cometidos pela CUT e de sectarismo por parte dos setores que saíram. Durante toda a década de 1990 o movimento sindical viveu um refluxo em função do avanço do neoliberalismo no país, que retirou direitos, privatizou serviços públicos essenciais, flexibilizou direitos trabalhistas, o que nos colocou numa situação

> **"Fortalecer a CUT como instrumento político de transformação social, relacionando a luta sindical com a transformação política do país. Essa é a principal tarefa do setorial sindical da AE."** *Expedito Solaney*

defensiva. É nesse contexto que as forças de esquerda elegeram Lula presidente. Alguns setores acreditavam em mudanças rápidas, sem conexão com as condições concretas e as correlações de forças existentes; outros subestimaram as possibilidades de mudança e apontaram para uma convivência pacifica com o neoliberalismo, vide a política econômica do primeiro governo Lula e as posições moderadas de setores da CUT e do PT. Foi neste contexto que setores combativos da CUT abandonaram o barco, paradoxalmente enfraquecendo uma posição de maior combatividade que a CUT poderia ter naquele momento. Sabemos que outros setores, em função do imposto sindical, saíram em função das possibilidades de estrutura financeira. De qualquer forma, foi uma perda para a CUT, para os/as trabalhadores/as e para o movimento sindical a saída desses setores.

Página 13: **E as eleições gerais de 2010, como você analisa o papel do movimento sindical?**

Solaney: Nossa primeira atitude, que será apresentada nesse 1º de Maio, é a construção de uma Plataforma Eleitoral da Classe Trabalhadora. Em seguida, dialogar com o conjunto do movimento sindical brasileiro para a necessidade de uma ação conjunta nesse processo eleitoral, que mobilize a classe trabalhadora na defesa de um programa classista, de denúncia das mazelas implementadas e defendidas pela burguesia e seus representantes políticos, que hoje estão mais explicitadas em partidos como o PSDB, DEM e PPS, sem esquecer que no interior do próprio governo Lula vários deles se encastelam. Além disso, defender explicitamente a candidatura Dilma como a única que defenderá os avanços do governo Lula e que aprofundará as mudanças em curso. Nessas eleições, o movimento sindical cumprirá, como sempre cumpriu, um importante papel: politizar as ações cotidianas, relacionando a luta econômica com a luta política.

⇨

Página 13: **Qual a importância da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que se realizará em 1º de junho?**

Solaney: A Conferência poderá se concretizar como uma importante unidade para a maior parte do movimento sindical brasileiro, já que será aprovada uma Plataforma Eleitoral da Classe Trabalhadora, resultado das ações desenvolvidas unitariamente nesse último período e de uma visão relativamente comum para o futuro. Esse processo, que ainda está em fase de negociações, é cheio de contradições. Várias centrais que caminham juntas na defesa de um programa e da candidatura Dilma, em vários estados estarão em campanhas da direita. Além disso, existe disputa no interior de algumas centrais sobre os rumos a serem adotados.

Página 13: **Pela segunda gestão consecutiva, você assumiu a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT. Qual o balanço?**

Solaney: Na primeira gestão assumimos a Secretaria com a saída da CSC/PCdoB da CUT, no meio do mandato. Realizamos o I Encontro Nacional de Políticas Sociais da CUT e tiramos um Plano de Trabalho. As principais ações desenvolvidas estavam sob coordenação dos coletivos (juventude e trabalhadores/as com deficiência) e comissões (combate ao racismo e meio ambiente), além de minha integração nos diversos espaços sociais e institucionais ligados ao tema da erradicação do trabalho infantil e no acompanhamento da Coordenação dos Movimentos Sociais. Fortalecemos esses espaços e criamos as condições para que três novas secretarias fossem construídas: juventude, meio ambiente e combate ao racismo. Além disso, construímos o Coletivo Nacional da Diversidade Sexual. Nesse segundo mandato, tivemos condições de realizar um planejamento com a presença de 16 secretários/as estaduais e diversos ramos, com ações direcionadas, a partir das resoluções do 10º CONCUT, para as áreas de direitos humanos, relação com os movimentos sociais e conselhos institucionais, erradicação do trabalho infantil e escravo, diversidade sexual, trabalhadores/as com deficiência. Estabelecemos parcerias com o movimento sindical internacional nas áreas de atuação das políticas sociais. Enfim, o balanço é positivo.

Página 13: **Quais são as principais tarefas da Secretaria nesse próximo período?**

Solaney: A partir do planejamento estratégico da CUT e das ações aprovadas no II Encontro Nacional de Políticas Sociais, definimos, de maneira geral, realizar uma Campanha Nacional em defesa dos direitos humanos, em particular do PNH3; o fortalecimento da CMS, principalmente nos estados onde ainda não está organizada; fortalecimento e acompanhamento da participação dos cutistas nos conselhos institucionais; Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil e Escravo; Campanha Nacional pelos Direitos LGBT; divulgação da Campanha Nacional pelos Direitos dos/as Trabalhadores com Deficiência, que já está em curso com o lançamento da cartilha nos estados, com o objetivo de instrumentalizar o movimento sindical a incorporar a luta dos/as trabalhadores/as com deficiência em sua luta cotidiana.

> **"*Fazemos um balanço positivo de nossa atuação, mas precisamos melhorar nossa capacidade organizativa, investir ainda mais na formação para fortalecer a esquerda socialista no movimento sindical.*"**

Página 13: **Como se articulam as ações específicas da Secretaria com a estratégia geral da CUT?**

Solaney: Politizando o debate sobre cada uma dessas ações, discutindo com os sindicatos e trabalhadores a dimensão política, econômica e social das ações cotidianas, que um desenvolvimento econômico que traga distribuição de riqueza só será conquistado com muita luta, com conquistas específicas que acumulam para conquistas gerais, ou seja, relacionado a luta econômica com a política. Por exemplo, a luta por erradicação do trabalho infantil é fundamental para que se discutam outras importantes questões, como educação, saúde, emprego, políticas públicas etc. Esse movimento é educativo e politizador.

Página 13: **Como você avalia a trajetória da Articulação de Esquerda no movimento sindical nesse último período?**

Solaney: O setorial sindical da AE se organiza desde 1997. Até 2006 tivemos uma trajetória de avanços e recuos, principalmente pela descontinuidade de nossa presença na direção executiva da CUT. A partir desse momento, tivemos um processo crescente de organização e fortalecimento do setorial sindical da corrente, nos estados, na direção majoritária da combativa CUT-SE, nas ações desenvolvidas na executiva nacional da CUT. Para se ter uma idéia, tivemos um crescimento de mais de 100% do número de delegados/as do 9º para o 10º CONCUT. Portanto, avalio de forma positiva, sabendo que ainda precisamos melhorar muito nossa capacidade organizativa, investir ainda mais na formação política de nossa militância para fortalecer a esquerda socialista no interior no movimento sindical e cutista.

Página 13: **Quais são os principais desafios da AE para o movimento sindical? A disputa de rumos da CUT continua em pauta?**

Solaney: Em primeiro lugar, fortalecer a CUT como instrumento político de transformação social, relacionando a luta sindical com a transformação política do país. Essa é a principal tarefa do setorial sindical da AE. Para que isso seja possível é preciso um duplo movimento, a defesa da CUT como legítima organização da classe trabalhadora contra os ataques da direita e dos setores ultra-esquerdistas, e fortalecendo um campo socialista no seu interior. Assim como no PT, na CUT se consolidou uma forte hegemonia moderada, com uma perspectiva social-democrata. É preciso resgatar seu caráter socialista. Nossa militância deve se orientar por esse duplo movimento, construir a CUT e disputá-la, construindo cotidianamente a luta da classe trabalhadora.★

Perdão a torturadores põe a

Decisão tomada por maioria, com o infame respaldo da AGU, sugere que a Ditadura Militar não morreu

Pedro Pomar*

O Supremo Tribunal Federal (STF) revelou-se, finalmente, em toda a sua bisonha plenitude ao julgar a questão da anistia, suscitada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que sustenta a tese de que a Lei 6.638, de 1979, anistiou apenas os crimes políticos e portanto não impede a punição dos agentes do Estado que torturaram e mataram opositores políticos durante a Ditadura Militar. O STF rejeitou o entendimento da OAB e declarou anistiados os repressores.

Nanico, mesquinho, covarde, despreparado — se tomados isoladamente, nenhum desses adjetivos bastaria para definir o tamanho grau de abastardamento intelectual dessa corte que Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso nos legaram, e que as nomeações de Lula não chegaram a alterar substancialmente. A verdade nua e crua é que o Supremo é infinitamente mínimo. Seus ministros fingem desconhecer a história da anistia e simplesmente não estão a par das inovações, no campo internacional, em matéria do direito de reparações às vítimas e direito à verdade nos países que viveram ditaduras e guerras civis.

Mas, na verdade, bastaria reconhecer a ilegitimidade de uma lei aprovada em plena Ditadura, e mesmo assim com escassa margem de votos, como bem lembrou o historiador Paulo Sérgio Pinheiro: "A Lei da Anistia não foi produto de acordo, pacto, negociação alguma, pois o projeto não correspondia àquele pelo qual a sociedade civil, o movimento da anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil e a heróica oposição parlamentar haviam lutado", escreveu, destroçando um dos argumentos prediletos dos ministros. "Pouco antes de sua votação, em setembro de 1979 houve o Dia Nacional de Repúdio ao Projeto de Anistia do governo e (...) um grande ato público na praça da Sé promovido pela OAB-SP, igualmente contra o projeto do governo. A lei celebrada nos debates do STF como saldo de 'negociação' foi aprovada com 206 votos da Arena, o partido da ditadura, contra 201 do MDB" (*Folha de S. Paulo*, 5/5/2010, "O STF de costas para a humanidade").

O STF pautou-se, no julgamento, por seus critérios de classe, ou seja, pelos critérios da classe dominante, e especialmente pela ótica com que a mídia hegemônica e a cúpula das Forças Armadas enquadram o assunto. Assim, as atrocidades praticadas pelo regime militar foram censuradas unicamente na plano da retórica, hipocritamente.

Alta patente

Se decidissem acatar a ação da OAB e com isso abrir caminho à punição dos assassinos e torturadores que agiram a soldo do regime militar, os ministros do STF estariam permitindo o eventual julgamento e condenação inclusive de oficiais de alta patente (coronéis, generais, brigadeiros, almirantes), havendo o risco de vir à tona a conexão entre os aparelhos de repressão (Oban, DOI-CODI e outros) e seus apoiadores e financiadores empresariais. O que criaria uma situação bastante desagradável no meio em que circulam e convivem.

Mas não é só. Outros julgamentos e condenações tornar-se-iam possíveis também na polícia que mais mata no mundo: a Polícia Militar, notadamente a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. Coincidentemente, divulgou-se uma nova estatística sobre a letalidade da PM paulista, que cresceu mais de 40% no último trimestre. É sempre importante lembrar que a PM é uma criação da Ditadura. Uma decisão do STF que condenasse cabalmente a tortura tornaria indefensável, por exemplo, a atitude dos superiores hierárquicos que definiram como "homicídio culposo" o crime cometido por policiais militares que por meia hora, no dia 8 de maio, espancaram um rapaz, Alexandre Santos, e finalmente o enforcaram, diante de sua mãe e apesar das súplicas desta, em frente à sua própria casa, em São Paulo.

Não foi à toa, portanto, que os editoriais dos jornais diários louvaram a atitude do STF, sempre destacando o fato de que o relator, ministro Eros Grau, foi torturado pelos militares — como se isso o autorizasse a varrer para baixo do tapete os crimes da Ditadura!

Salta à vista a disparidade de tratamento concedido pelo STF aos algozes e às suas

nu a pequenez do Supremo

vítimas. Enquanto os agentes do Estado que torturaram e executaram presos indefesos são declarados indiretamente anistiados, por mera interpretação *preventiva* da lei de 1979, opositores de esquerda que, em condições de opressão e esmagadora inferioridade, recorreram à violência para combater o regime militar, não tiveram e não têm direito a essa mesma anistia.

AGU ou Jobim?

Normalmente implacável com o governo Lula, neste episódio, contudo, a mídia hegemônica deu-se por satisfeita com o comportamento lacaio da Advogacia Geral da União (AGU), que representou a União no julgamento. A saída de José Carlos Toffoli, agora ministro do Supremo, e a entrada de Luis Inácio Adams no comando da AGU não alteraram a posição do órgão, que continua alinhado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, e aos comandos militares.

Adams defendeu no tribunal a manutenção da lei de 1979 como medida "ampla, geral e irrestrita", dando assim vergonhosa

demonstração não somente de sabujice, mas também de ignorância jurídica, pois até os frades de pedra de Aleijadinho sabem que a anistia concedida pelo regime militar foi *restrita*, deixando de fora os militantes de esquerda que cometeram "terrorismo" ou "crimes de sangue".

Até quando Lula se dobrará aos vetos militares? Até quando permitirá que a impunidade dos crimes da Ditadura manche a posição do Brasil nos fóruns internacionais?

A macabra decisão do STF, respaldada na vergonhosa posição da AGU, dá razão ao ministro Paulo Vannucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que alertou, ainda em 2008, para o risco de se pedir uma manifestação desse tribunal a respeito do tema quando ainda não havia mobilização e correlação de forças na sociedade brasileira para se obter uma decisão avançada. Ao entrar com a ação, a OAB, apesar de suas justíssimas intenções, abstraiu totalmente a questão, idealizando a posição do Supremo, como se este representasse a "justiça".★

***Pedro Pomar** é jornalista

Aldo Rebelo passa dos limites

Agora passou da conta. Mesmo para quem já vinha acompanhando a trajetória de direitização acelerada do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que nos últimos anos tornou-se membro *ad hoc* da bancada ruralista no Congresso, soou excessiva sua declaração diante da vergonhosa decisão do STF de manter intocada a Lei de Anistia e com isso deixar impunes os torturadores fardados. Que disse Rebelo? Que o STF "interpretou a vontade nacional, que é a vontade da conciliação, da construção do futuro".

Ora, se bem é verdade que Rebelo há décadas tornou-se exemplo acabado do político burguês, devia ao menos manter a compostura. Afinal de contas, o partido ao qual ainda se mantém filiado (e do qual talvez seja a figura pública mais conhecida) foi um dos que mais sofreram em perdas humanas durante a Ditadura Militar. Somente no Araguaia foram dezenas de guerrilheiros do PCdoB mortos em combate ou, na sua maioria, executados sem chance de defesa. Vários outros foram trucidados nas câmaras de tortura do regime — como Armando Frutuoso, assassinado em 1975 no DOI-CODI do I Exército, comandado pelo general Leônidas Pires, o mesmo que acaba de declarar à Globonews que "não houve tortura" durante a Ditadura.

A pusilânime manifestação de Rebelo é uma espécie de coroação dos esforços recentes do deputado para fazer-se palatável aos deputados ruralistas e às Forças Armadas, aos quais vêm se juntando numa série de ações que deveriam fazer corar os comunistas de qualquer matiz. Sua atuação em favor de mudanças no Código Florestal é apenas um desses esforços deletérios. Não satisfeito com seus ataques ao Código (que seria, segundo ele, "muito rigoroso" com os "agricultores", leia-se: fazendeiros e homens do agronegócio), em abril último Rebelo participou de manobra escusa na comissão especial que discute o assunto, capitaneando uma reunião secreta da bancada ruralista. O episódio foi revelado pela jornalista Renata Camargo ("Janela indiscreta: *twitter* revela estratégia ruralista e causa impasse", *Congresso em Foco*, 27/4).

Mais grave ainda é a posição adotada por Rebelo no tocante à reserva indígena Raposa-Serra do Sol. Nesta questão como na da Anistia, o deputado do PCdoB aderiu às teses do Exército e criticou a demarcação decidida pelo governo e ratificada pelo STF, tomando partido pelos "arrozeiros", o predatório segmento local do agronegócio. "O Supremo abre um precedente para que sejam implantados no Brasil um Estado multinacional e uma nação balcanizada, pois confere a tribos indígenas que fazem parte do povo brasileiro o esdrúxulo *status* de minorias apartadas do todo nacional, com prerrogativas negadas a outros estratos que há cinco séculos amalgamam a formação social do país", disse, ecoando os argumentos da direita (*Folha On Line*, 20/3/09). Mais reacionário, impossível. (PEDRO POMAR) ★

Juventude petista e programa

*Bruno Elias**

A resolução final do Encontro Nacional da Juventude do PT e a emenda de juventude incorporada às diretrizes do programa Dilma 2010, no IV Congresso, representaram um esforço importante de síntese da opinião média da JPT sobre a importância estratégica da juventude no nosso projeto partidário e na disputa de projetos de desenvolvimento para o país.

O debate programático, no interior da JPT, deve ser um forte elemento de mobilização interna e externa para nossa militância, a começar pelos Encontros Estaduais e Municipais e a conseqüente criação dos comitês de campanhas. Cabe agora, nestes meses de pré-campanha, aprofundarmos as orientações gerais apresentadas por estes documentos em profundo diálogo com as juventudes partidárias aliadas, com os movimentos juvenis, com candidaturas majoritárias e com as candidaturas jovens do nosso partido.

O momento político

Depois de situar conjunturalmente a experiência dos governos de esquerda e progressistas em curso nos países da América Latina e os desafios enfrentados em torno do modelo de desenvolvimento, das novas institucionalidades democráticas, entre outros, a resolução do ENJPT resgata sumariamente os principais avanços e medidas que fazem do governo Lula uma ponta de lança desse processo de mudanças que vivemos no continente.

O enfrentamento à herança neoliberal, a ampliação da soberania nacional, da democracia política, da integração regional e o exercício de um governo que atende à demandas históricas dos setores populares colocaram a luta política no país em outro patamar. Por esses avanços, a esquerda brasileira é desafiada a apresentar um programa que consolide tais conquistas mas, sobretudo, aprofunde mudanças estruturais.

A realização de um terceiro mandato do campo democrático e popular é parte deste desafio maior. Depois de séculos de colonialismo, desenvolvimento conservador e dependente, regressão econômica, democrática e social será preciso aprofundar as mudanças no Brasil lutando por um "projeto de desenvolvimento que seja democrático e popular, integrado a um programa de (...) reformas estruturais e articulado com a estratégia socialista do partido"(Resolução do ENJPT).

Uma plataforma clara de reformas estruturais deve localizar a questão da juventude no debate mais geral do desenvolvimento e da disputa política do país. Ou nas palavras da emenda apresentada ao IV Congresso, "criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, científicos e ambientais que o país necessita".

O balanço das políticas públicas de juventude durante o governo Lula

Há o reconhecimento por parte dos documentos da juventude do PT do avanço que representa o governo Lula para as políticas públicas de juventude no Brasil. Enquanto no período neoliberal, a juventude é afetada de maneira contundente pelo agravamento das desigualdades sociais, no governo Lula as políticas sociais de cunho universal e o reconhecimento da diversidade e da singularidade deste segmento produziram impactos importantes para os jovens brasileiros.

Esta política é traduzida na compreensão dos jovens como sujeitos de direitos e na criação de estruturas institucionais específicas para o tema juventude como o Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude, ligada a Presidência da República.

Ademais, a JPT entende a juventude como um dos segmentos mais beneficiados pelos avanços gerais das políticas sociais do governo, a exemplo da ampliação massiva das vagas e dos investimentos na educação e, principalmente, na ampliação dos postos de trabalho (cerca de 90% foram ocupados por jovens).

Contudo, para aprofundarmos o debate e balanço de tais políticas será preciso envolver uma gama de gestores, militantes sociais e as instâncias da juventude do PT, num diagnóstico rigoroso do alcance e da escala das PPJ, sua incorporação em ações estruturais, o perfil institucional de execução, monitoramento e controle/diálogo social destas políticas.

Elementos programáticos

Desde a formulação do PAG da Juventude – Lula 2006, há o reconhecimento nos documentos da juventude do PT de que existe no Brasil a convergência de uma série de fatores que abrem a possibilidade de situarmos a questão da juventude como estratégica na disputa de rumos do país.

O reconhecimento da dimensão demográfica deste segmento, que hoje representa 26% da população brasileira, e da gravidade das mazelas sociais que atingem principalmente os jovens demonstram que no atual momento histórico o Estado brasileiro, ao implementar políticas de juventude abrangentes e com escala, pode romper com o ciclo de reprodução da pobreza e pode transformar esse contingente populacional em vetor de um projeto de desenvolvimento de novo tipo, democrático e popular.

O fato é que hoje parte expressiva do sistema escolar não consegue sequer atender as expectativas de desenvolvimento das habilidades cognitivas e de aprendizado dos jovens.

O desafio, portanto, passa a ser o de criar condições políticas, econômicas e sociais para a "inserção social e produtiva diferenciada da atual, marcada pela entrada precoce e precarizada no mundo do trabalho, sem ter a opção de continuar os estudos e vulnerável às mazelas sociais". Assim, garantir o "direito de viver a juventude", o desenvolvimento integral do jovem, deve articular políticas públicas que permitam trajetórias de vivência e experimentação – sem que isso signifique risco á sua saúde e vida – permitidas hoje apenas aos jovens das classes altas.

Essa chave de leitura aberta pelos documentos aprovados pela juventude do PT afirma que o recorte conceitual que deve organizar o programa de juventude é o da emancipação, algo distinto de outras políticas sociais e segmentos populacionais que demandam outro tipo de atenção, de caráter mais protetivo ou assistencial.

Neste sentido, é retomado com centralidade no debate programático da juventude do PT o tratamento dado a articulação da educação com o mundo do trabalho para os jovens. A força deste tema, sempre presente nos debates e pesquisas sobre juventude, decorre não apenas por se situar entre as maiores preocupações dos jovens, mas também pela identificação de que "a emancipação dos jovens tem, entre seus elementos centrais, a educação e o trabalho".

Diferente de outros momentos, o debate atual incorpora elementos que vão além da tradicional demanda de inserção dos jovens no mercado de trabalho, articulada com qualificação profissional. A compreensão da situação do trabalho realmente existente do jovem no país – com entrada precoce, precarizado, mal remunerado, desprotegido de seguridade social, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc. – colocou novos elementos no debate político e programático.

Assim, a resolução do ENJPT afirma que "devemos aproveitar o bom momento que vive o Brasil, para tratar como central, o debate sobre como e quando os jovens devem acessar o mercado de trabalho, e de que forma os jovens podem disputar o acesso ao trabalho decente, permitindo que o saldo desta discussão oriente a construção das políticas". Ou na Emenda do IV Congresso, propondo "articular ações que combatam o ingresso precoce e em condições precárias dos jovens no mundo de trabalho com políticas educacionais e programas de transferência e geração de renda, formação e qualificação profissional".

É importante situar que estas ações devem estar inseridas nos marcos mais gerais da política de trabalho e emprego do país. Portanto, tais iniciativas são tanto mais efetivas quando se situam em economias com crescimento econômico sustentado por criação de postos de trabalho decente, descompressão do mercado de trabalho por medidas como a redução da jornada e das horas extras, e demanda crescente de postos de trabalho qualificados, exigentes de maior nível de formação escolar e profissional.

Passivo de desestruturação e desconstrução educacional

Trata-se, assim, de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de um programa que amplie a rede de seguridade social aos jovens, que integre políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços sociais. Uma proposta que dialogue, inclusive, com a intervenção da companheira Dilma no Encontro da JPT sobre a necessidade de um programa integrador e em escala de intervenção suficiente para alcançarmos uma melhoria substancial nas condições de vida dos jovens brasileiros.

Tal política exigirá articulados avanços na educação. As diretrizes do ENJPT reconhecem os recentes e destacados avanços das políticas educacionais do governo Lula no sentido de ampliar o investimento público e ampliação massiva das vagas em todos os níveis, medida que alcança de forma expressiva os jovens. Contudo, o passivo de desestruturação e desconstrução educacional operado pelo neoliberalismo e pelo desenvolvimentismo conservador ainda é gritante.

Como se não bastassem os índices preocupantes de analfabetismo, distorção idade-série e de acesso ao Ensino Médio, Técnico Profissional e Superior para os jovens, a questão da qualidade de ensino ainda é um flanco a ser enfrentado. O fato é que hoje parte expressiva do sistema escolar não consegue sequer atender as expectativas de desenvolvimento das habilidades cognitivas e de aprendizado dos jovens.

Há que se destacar ainda, a necessidade de estabelecermos um debate profundo sobre o perfil do Ensino Médio: sua função, universalização, políticas de permanência e assistência estudantil; articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, integração com o ensino técnico e profissional e uma profunda revolução nos seus métodos de ensino-aprendizagem, na gestão democrática e política pedagógica.

Tais medidas, entre outras como a capacitação dos educadores sobre a temática juventude, buscariam interromper o profundo distanciamento do jovem com o ambiente escolar que além de não ser atrativo, não dialoga com a realidade da juventude.

Sistema Nacional de Juventude

No plano institucional, por sua vez, há menção sobre a necessidade de constituição de um Sistema Nacional de Juventude, mas ainda com pouca elaboração a respeito do conteúdo de seus marcos legais, a integração da participação popular e o caráter de espaços como os conselhos e conferências, as formas de financiamento e execução das políticas "na ponta", entre outros.

Na Emenda apresentada ao IV Congresso ainda seriam incorporadas pontualmente questões importantes que devem ser aprofundadas na elaboração do programa de juventude, como as "políticas de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de forma integrada e articulada na Política Nacional de Juventude, tendo como eixo o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades regionais, étnico-raciais, de gênero e culturais"

Na questão do direito do jovem ao território merecem atenção o diagnóstico e o desenvolvimento de políticas sobre mobilidade urbana, moradia juvenil e sobre equipamentos públicos ou centros de juventude. Este último, inclusive, tem se tornado uma proposta incorporada aos debates do PAC 2, em curso no governo.

A partir da criação da comissão de juventude do GT de Programa de Governo, a Juventude do PT envolverá convidados da academia, dos partidos aliados, dos movimentos sociais e demais setores que apóiam a candidatura Dilma. O plano de trabalho da comissão deverá incorporar temas que ainda merecerão detalhamento como saúde, segurança pública, cultura, drogas, meio ambiente, jovens mulheres, jovens negros/as, jovens LGBTs, entre outros, estabelecendo uma plataforma de juventude para a candidatura da companheira Dilma Roussef. ★

---

*__Bruno Elias__ é Coordenador de relações internacionais da JPT

58º CONEG

Agora é guerra!

*Tássio Brito**

Entre os dias 22 e 25 de abril aconteceu o 58º Conselho de Entidades Gerais da UNE – CONEG - na cidade do Rio de Janeiro. O tema principal do conselho foi a eleição em 2010, dividido em duas partes: a tática da UNE nas eleições e o programa da entidade a ser apresentado a sociedade.

A juventude da AE, sob a tese reconquistar a UNE, apresentou desde o início a opinião de que a UNE deveria montar um projeto que fosse capaz de dar conta da crítica ao projeto neoliberal de Serra, dos avanços do governo Lula, e das políticas que um eventual governo Dilma deve implementar, aprofundando radicalmente o caráter democrático e popular do Governo.

Para além disso, entendemos que era a hora da UNE levar ao limite sua autonomia e independência, mostrando que em momentos de intenso debate político a nossa entidade não se furta a tomar decisões e tem o direito, justamente por ser autônoma, de escolher lado.

Essa opinião encontrou eco em diversas forças políticas que compuseram a nossa chapa no ultimo congresso da UNE e até de forças que estiveram na chapa da direção majoritária, ao cabo que na reunião de diretoria plena da entidade em março essas forças se posicionaram junto conosco claramente pelo apoio da UNE à candidatura de Dilma.

A movimentação da direção majoritária da UNE, no entanto, foi em sentido oposto a nossa, apostando numa neutralidade da entidade em relação ao processo eleitoral e a apresentação de uma carta programa a todos/as os/as candidatos envolvidos na disputa de outubro.

Entendendo que uma votação sobre apoiar ou não, exceto no caso de vitória de nosso posicionamento, seria ruim para a candidatura do projeto democrático popular, fizemos o esforço de encontrar um consenso para a tática e programa da entidade. O resultado disso foi uma carta bastante contundente, denunciando os estragos econômicos e sociais que representou o governo neoliberal, privatista, entreguista e subserviente de FHC, do qual Serra foi um dos o planejadores; e denunciando a criminalização de movimentos sociais nos estados governados pelo PSDB e DEM.

Portanto, a Carta Programa da UNE nada mais é que um chamamento a todos/as estudantes do Brasil para a luta contra a volta do projeto neoliberal. Um instrumento que nós dá a possibilidade de denunciar aqueles que quase destruíram nosso país no passado e agora querem voltar ao comando do Brasil. ★

***Tássio Brito** é 3º vice presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes)

JUVENTUDE

Pauta jovem

Precisamos de políticas públicas capazes, ao mesmo tempo, de retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, combater o desemprego estrutural que assola principalmente a juventude, e gerar postos de trabalho decentes para os jovens que já estão trabalhando.

*Rodrigo Schley**

Ao mesmo tempo em que representa, hoje, cerca de 30% da população brasileira, a juventude (15 aos 29 anos) corresponde a cerca de 60% da massa de desempregados e 70% da população carcerária do país. Demonstrando a situação alarmante em que vivem os jovens brasileiros, em especial as jovens mulheres e os negros, maiores vítimas da violência urbana, da exclusão social e das políticas neoliberais.

A baixa renda familiar, a falta de políticas públicas eficientes e a busca pela autonomia financeira, empurram a juventude cada vez mais cedo para o mercado de trabalho, fazendo com que muitos tenham que abandonar a escola para vender a sua força de trabalho, de forma precarizada e sub-remunerada.

A entrada precoce no mercado de trabalho, com o abandono também precoce da escola, gera um ciclo vicioso que condena o jovem pobre aos piores postos de trabalho, enquanto o jovem de família rica, que prioriza a sua formação escolar e começa a trabalhar mais tarde, consegue acessar postos superiores e de melhor remuneração.

Também existe uma parcela importante dos jovens, em especial na faixa dos 15 aos 17 anos, que combinam estudo e trabalho. Para estes jovens, pouco tempo resta para que possam usufruir da sua potencialidade criativa e vivenciar este momento rico da vida de forma plena e saudável. Não é à toa que cresce cada vez mais o uso de medicamentos e de substâncias psicotrópicas neste estrato da população, também não é à toa que a maioria dos acidentes de trabalho atualmente ocorre com trabalhadores jovens.

Para enfrentar este cenário, precisamos de políticas públicas capazes, ao mesmo tempo, de retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, combater o desemprego estrutural que assola principalmente a juventude, e gerar postos de trabalho decentes para os jovens que já estão trabalhando.

Neste sentido, torna-se fundamental a aprovação da PEC 231/95, que reduz de 44 para 40 horas a carga horária máxima de trabalho sem redução dos salários.

Além de gerar 2 milhões de novos postos de trabalho, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários pode representar a oportunidade para muitos jovens complementarem a sua formação educacional e cultural, além de ampliar o tempo livre que poderá ser utilizado para o lazer, o esporte, a arte etc.

A aprovação desta medida será um passo importante na reparação da enorme dívida social que o Estado brasileiro tem para com a juventude. ★

***Rodrigo Schley**, secretário de Juventude da CUT-RS

LGBT

O direito de amar

*Elida Miranda**

A divisão sexista de tarefas no mundo do trabalho criou rígidos tabus a respeito do que são as "profissões para mulher" e as "profissões para homens", mas também tratou de aprisionar homossexuais em apenas duas ou três atividades, ao ponto de causar enorme espanto quando um gay, por exemplo, se emprega como estivador ou operário. Aos poucos, trabalhadores e trabalhadoras estão vencendo a batalha do direito ao exercício profissional em qualquer função independente do seu gênero e também da sua orientação sexual.

Esse é um debate muito duro, pois além do preconceito gritante na sociedade, o movimento sindical ainda não conseguiu deixar para trás o ranço machista em sua prática cotidiana.

Algumas iniciativas, como a criação do Coletivo Nacional de Trabalhadores pela Diversidade Sexual no interior da CUT Brasil, dão sinais de que essa pauta não mais poderá ser esquecida em baixo do tapete. Porém as dificuldades de implementar essa discussão em alguns estados demonstram que muita conscientização deve ser feita.

Nesse sentido vale detalhar algumas das bandeiras que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) levantam nas questões sindicais. A primeira delas é contra a discriminação, seja na convivência no local de trabalho, onde o homossexual se torna o alvo de piadas homofóbicas, seja no veto à contratação por preconceito.

Em seguida está a garantia da formação escolar básica, indo ao nível técnico ou superior, para colocar em pé de igualdade a procura por emprego. Principalmente no caso das transsexuais que logo cedo são ridicularizadas no colégio e impedidas socialmente de permanecer naqueles ambientes, geralmente caminham para o subemprego ou para a prostituição.

A luta também é pelo amplo direito de previdência, como já ocorre hoje em empresas como a Petrobras e a Caixa Econômica Federal, para que casais homoafetivos possam usufruir de planos da saúde conjuntos, da seguridade social em caso de fatalidade e licença paternidade ou maternidade no caso de adoção, estando colocado com isso o reconhecimento de que se trata de uma modalidade de família, garantindo aos LGBT's não apenas a possibilidade de serem sujeitos de consumo, mas principalmente de serem sujeitos de direitos.

Socialismo, para nós, inclui conquistar a liberdade de orientação sexual, pois não haverá sociedade emancipada enquanto o ser humano não puder simplesmente amar quem quiser. ★

***Elida Miranda** é Secretaria Estadual de Políticas Sociais da CUT-AL

Nome social

*Wesley Francisco e Vinícius Alves**

Valmir e Marcelino seguram nossas bandeiras

O deputado estadual Valmir Assunção apresentou o primeiro projeto legislativo depois de estar à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) do governo da Bahia por três anos e meio. A proposta "*dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero*" e visa reconhecer o nome social de travestis e transexuais.

Quando esteve à frente dos trabalhos na SEDES Valmir já havia publicado a portaria 220/2009, que determina que todos os órgãos, habilitados na gestão do Sistema Único de Assistência Social da Bahia (SUAS), registrem o nome social em "*fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres*".

Tais iniciativas são de grande importância para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) porque reconhece o direito à identidade de gênero às pessoas trans e valoriza uma das principais bandeiras desse movimento.

A ABGLT, organização LGBT que possui 237 afiliadas, parabenizou em nota oficial a portaria 220. Segundo a nota a ação "*visa incluir cidadãs e cidadãos que historicamente foram colocados à margem na nossa sociedade e invisibilizados tanto pela população quanto pelo estado*".

O mandato do deputado Valmir Assunção recebeu lideranças do movimento trans na Bahia e da ABGLT, que ficaram satisfeitas com o novo projeto de lei, o qual amplia o reconhecimento do nome social para o âmbito do Estado da Bahia e passa a tramitar na Assembleia Legislativa, podendo virar lei ainda no ano de 2010.

Sem dúvida trata-se de uma ação importante do deputado Valmir Assunção que é comprometido com os movimentos sociais e a defesa dos direitos das populações oprimidas e marginalizadas. Como dá seu apoio à luta dos sem terra, sem teto, quilombolas, povo negro, comunidades tradicionais e de fundo de pasto, Valmir tem voltado às ações para a comunidade LGBT.

Ainda está nos planos do deputado apresentar projeto que puna em estabelecimentos públicos e privados as manifestações discriminatórias para com a população LGBT, dentre outros. Um bom caminho para mostrar ao Brasil que honramos o lema do governo de construir uma terra de todos e todas nós". ★

***Wesley Francisco** é historiador, Coordenador do Setorial LGBT do PT/BA. ****Vinícius Alves** é coordenador ABGLT/Bahia e Direção Estadual JPT/BA.

ACESSIBILIDADE

Deficiência & direitos

*Isaias Dias**

No dia 21 de março, em São Paulo, foi lançada a Campanha Nacional em Defesa dos Direitos dos/as Trabalhadores/as com Deficiência, com a presença de 16 CUT's estaduais e vários ramos. Foi um importante momento da luta por direitos para os/as trabalhadores desse setor.

A Campanha, promovida pela CUT, através da Secretaria Nacional de Políticas Sociais e do Coletivo Nacional de Trabalhadores/as com Deficiência, publicou uma cartilha e cartazes com orientações para o movimento sindical, com conceitos, apresentação da Campanha da Acessibilidade "Siga essa Idéia" – de que a CUT é signatária, dados sobre a evolução na contratação de trabalhadores/as com deficiência no Brasil, exemplos de convenções coletivas de trabalho e as resoluções do II Encontro Nacional de Trabalhadores/as com Deficiência. A Secretaria e Coletivo estão com a tarefa de lançar a Campanha pelos Estados. Agora em maio há lançamentos agendados em três estados: ES, BA e AP.

Estamos diante de um importante momento para o setor, com importantes conquistas no terreno político e social. Em 2008, o governo brasileiro ratificou a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que, no mundo do trabalho, assegura a adaptação física nos locais de trabalho, igualdade de salários para funções idênticas, habilitação e reabilitação profissional, formação profissional, sindicalização, progressão funcional, preservação do emprego, entre outras.

Sabemos que essas medidas legais precisam de efetivação, que só a luta pode conquistar. Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência devem se organizar em seus sindicatos, construindo nas CUT's estaduais os coletivos, exigindo direitos não só nos locais de trabalho como também em nossas entidades sindicais, que devem garantir a acessibilidade em todos os seus níveis.

Outra questão fundamental é que a nossa luta não se restrinja aos aspectos particulares, que são importantes, mas vá além, somando-se as lutas gerais da classe trabalhadora. Uma parte dos problemas que enfrentamos está diretamente relacionada com uma sociedade que coloca o lucro a frente de tudo, que os direitos dos/as trabalhadores/as com deficiência se tornam, para diversos setores do capital, um empecilho de lucratividade. Portanto, conquistar direitos para nosso setor é também confrontar a sociedade capitalista. ★

***Isaias Dias** é vice-presidente do Conselho Nacional da Pessoas com Deficiência - CONADE

TENDÊNCIA

Formação política

A V jornada nacional de formação política da AE será de 5 a 18 de julho, no Santuário das Comunidades, em Caruaru/PE. Nesta jornada serão oferecidos dois cursos:

CURSO 1: "Introdução às resoluções políticas da Articulação de Esquerda"

Dia 05/7, segunda
Manhã – abertura, apresentação
Tarde –Resoluções da X Conferência Nacional da AE (socialismo, estratégia e bloco histórico)
Noite – Cinema

Dia 06/7, terça
Manhã – História da Luta pelo Socialismo: 1789-1917
Tarde – A Revolução Russa
Noite – A Revolução Chinesa

Dia 07/7, quarta
Manhã – A Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina
Tarde – O governo da Unidade Popular no Chile
Noite – O momento atual da luta de classes, neoliberalismo e imperialismo

Dia 08/7, quinta
Manhã –Resoluções da X (programa e partido)
Tarde –Resoluções da X (feminismo e luta socialista)
Noite – Cinema

Dia 09/7, sexta
História do Brasil

Dia 10/7, sábado
Manhã – História do PT (1980-2009) e da AE (1993-2009)
Tarde – História do Governo Lula
Noite - Festa

Dia 11/7, domingo
Avaliação e encerramento

CURSO 2: "Desenvolvimento do capitalismo e luta pelo socialismo no Brasil e na América Latina"

Dia 12/7, segunda
Manhã – abertura e apresentação
Tarde – conjuntura nacional e internacional
Noite – livre

Dia 13/7, terça
Manhã - Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo: análise marxista do capitalismo
Tarde - Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no mundo
Noite - Cinema

Dia 14/7, quarta
Manhã: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo na América Latina
Tarde: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no Brasil
Noite – livre

Dia 15/7, quinta
Manhã – Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual;
Tarde – Balanço do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia;
Noite – Programa e estratégia democrático popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres

Dia 16/7, sexta
Manhã e Tarde – Reuniões setoriais (juventude, mulheres, sindicalistas)
Noite – festa

Dia 17/7, sábado
Reuniões setoriais (juventude, mulheres, sindicalistas)

Dia 18/7, domingo
Avaliação e encerramento

Os preços são:
- Curso 1: R$300,00
- Curso 2: R$300,00

Incluso no preço: hospedagem, alimentação e traslado Recife-Caruaru (haverá transporte saindo de Recife nos dias 4/7 e 11/7, de modo a que os alunos pernoitem em Caruaru na véspera do inicio dos cursos).

Inscrições devem ser feitas através do correio eletrônico liciolobo@uol.com.br

RONDÔNIA

Divisão dos progressistas é a força do atraso

*Jorge Werley Ferreira**

Se existe um lugar onde não se viu ou sentiu a recente crise econômica é Rondônia. Graças às obras do PAC, que está instalando duas usinas hidroelétricas no rio Madeira, a capital Porto Velho se transformou num canteiro de obras.

Segundo o Prefeito da Capital, Roberto Sobrinho, do PT e que está em seu segundo mandato, o crescimento rápido também aprofundou problemas de infra-estrutura: "Precisamos sair do improviso e pensar organizadamente todo o nosso estado que atualmente é o mais dinâmico da região, mais que não conta com planejamento de longo prazo".

Realmente ao correr dos últimos governos não se teve uma proposta de desenvolvimento e o estado ficou a mercê dos caprichos e rompantes do empresário Ivo Cassol que administrou o estado como se fora uma de suas fazendas.

Cassado pelo TRE por compra de votos durante o processo eleitoral, o governador Ivo acabou sendo inocentado pelo TSE. Assim, apesar do bom clima da economia local, os ares da política rondoniense continuam marcados pela disputa entre o velho ranço do atraso e a oxigenação trazida pelos novos postulantes advindos de históricas lutas sindicais.

O deputado federal Eduardo Valverde (*primeiro da esq. p/ direita*) é pré-candidato do PT ao governo de Rondônia

O Estado de Rondônia foi criado em 1981, tendo a frente o governador nomeado, coronel Jorge Teixeira. Foi uma válvula de escape encontrado pela ditadura militar para reduzir as pressões sociais da luta pela terra no centro sul do Brasil.

Naquela época o INCRA, a título de criar condições para os novos assentados, recortou a malha viária no meio da floresta. Isto serviu de canais de exploração madeireira predatória.

Estes madeireiros novos ricos, somados aos donos de dragas que exploravam os garimpos de ouro no rio Madeira e as muitas vezes denunciadas doações de narcotraficantes, definiram muitos resultados eleitorais. Diversos escândalos levaram a cassação ou renúncia de muitos deputados e até senadores.

O povo de Rondônia tem dado mostras de que já está cansado destas oligarquias e tem apostado em novas propostas. Um sinal desta mudança foi a eleição do Professor Roberto Sobrinho como prefeito de Porto Velho.

Já para esta campanha de 2010 onde se terá que escolher o novo governador, o PT está propondo o nome do deputado federal Eduardo Valverde, ex-presidente da CUT e presidente do Diretório Estadual do PT (continua na próxima edição). ★

***Jorge Werley Ferreira** é economista do INCRA

BAHIA

Lutar não é crime

*Marcelino Galo**

Com o lema "Lutar não é crime", o MST lembrou mais uma vez o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores foram brutalmente assassinados pela polícia militar do Pará, outras duas morreram anos depois, vítimas das sequelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas em uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras.

Este episódio, apesar de ter ocorrido há 14 anos, infelizmente, ainda se repete sob a forma de prisões arbitrárias, perseguições, execuções além do combate feroz da grande mídia contra o conjunto dos movimentos sociais.

A ocupação de terras e as caminhadas são as principais formas de resistência deste Movimento que completou 26 anos com sua vitalidade renovada pela luta por uma efetiva reforma da estrutura agrária no país. Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, o INCRA da Bahia foi responsável pelo maior número de desapropriações em todo o país.

Sem dúvidas, este resultado foi fruto da determinação do governo federal e da capacidade de organização do MST e demais movimentos do campo.

A resistência deste povo lutador está presente em cada acampamento onde se convive com a expectativa de conquista de um pedaço de terra e em cada assentamento, onde a falta de estrutura e crédito são impeditivos reais para o incremento da produção. Esta luta é pela garantia de condições dignas de vida para o povo do campo, no campo. É a luta pela ampliação e consolidação da democracia capaz de permitir a livre manifestação e reivindicação por direitos sem que se corra o risco de ser criminalizado pela mídia, pelas instâncias policiais e judiciais, pelo Estado.

Está também na disputa por outro modelo de produção agrária. O Brasil é o maior importador de agrotóxicos que são despejados nas lavouras dos grandes empreendimentos – o chamado agronegócio – que utilizam, inclusive, defensivos químicos já proibidos nos EUA e União Européia. O enfrentamento a esta questão, que coloca em risco a saúde e a segurança alimentar do conjunto da população, está situado no modelo de produção agrícola.

A população da cidade de Salvador, em pesquisa realizada no ano passado em todo país, apareceu como a capital onde a população mostrou-se mais receptiva e a apoiadora da luta do MST, companheiros e companheiras que marcham e lutam por uma vida mais digna para suas famílias e, fazendo isso, lutam pela melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade baiana e brasileira. ★

***Marcelino Galo** é agrônomo, foi Superintendente do INCRA na Bahia entre 2003 e 2005 e Presidente Estadual do PT.

RESENHA

O papel do trabalho

*Artur Araújo**

John Womack Jr., catedrático de História da América Latina em Harvard, avaliou as compras feitas para a biblioteca da universidade em um período de dez anos. Estudava o trabalho e queria medir o interesse no tema. Descobriu que as aquisições ligadas a "estudo do sexo" eram 18 vezes maiores que as de livros sobre trabalho industrial; na comparação com "estudos sobre pornografia", estes representavam 30% a mais.

No livro "**Posición estratégica y fuerza obrera**"*, que merece urgente publicação em português, ele debate esse resultado: "Estamos longe de haver entendido o fato de que o trabalho é o que tornou humana a nossa espécie, cada vez mais humana. É absurdo que falte interesse em estudar a história da atividade necessária para que ocorra qualquer outra história humana. É histórica e naturalmente interessante o fato de que a espécie se extinguiria muito mais rápido sem trabalho que sem cópula."

Eis o estilo de Womack. Irônico, polêmico, divertido, mas sério e consistente, ao atualizar e aprofundar um caminho que remonta a Marx e Engels: a compreensão do trabalho, de sua execução, de como o trabalho articula as sociedades. E faz isso sempre deixando claro ter lado: quer compreender o trabalho na ótica dos trabalhadores e do avanço de suas lutas, econômicas e políticas. São suas, entre muitas outras obras, *The Historiography of Mexican Labor* e *Rebellion in Chiapas*.

Linguagem acessível, ritmo e vigor marcam a tessitura de uma rede de idéias muito instigante. Womack parte da afirmação da centralidade do trabalho - e, principalmente, do trabalho industrial – para a explicação da sociedade e, de início, já estabelece um contraponto com a tendência presente, nos estudos sociais acadêmicos, de buscar nas "diversidades" a chave da leitura do mundo.

A partir desse marco, lança um desafio que é o coração de seu livro: o desenvolvimento de uma estratégia dos operários a partir de sua própria posição na produção. Como que nos provoca a criar um "taylorismo reverso", em que o estudo dos arranjos da produção (dos tempos e movimentos, das malhas de interdependência, dos nós e gargalos no processo produtivo) deixe de ser objeto exclusivo do capital, enquanto método de ampliação da taxa de exploração, e se converta em plano de combate dos trabalhadores.

Womack clama para que aos olhares do sociólogo, do historiador, do economista, associemos os ângulos do engenheiro, do general e do cartógrafo. Utiliza, com rara capacidade, categorias da arte militar, do estudo das relações industriais e da ciência geográfica, para delinear as imbricações entre a força dos trabalhadores (que decorre diretamente de sua posição na produção) e a estratégia para a vitória em seus enfrentamentos cotidianos ou históricos.

Duas outras seções da obra são também marcantes. Uma é a análise arguta da história das estratégias operárias, desde os sindicatos europeus e norteamericanos no século XIX, em que estabelece uma criativa periodização, que associa os ciclos históricos da indústria aos ciclos políticos dos movimentos e à formulação da estratégia operária. A outra é uma impressionante bibliografia internacional comentada das dezenas de áreas de estudo que se deve associar à temática do livro.

Womack escreveu com a intenção expressa de repor o foco na força dos trabalhadores e em suas estratégias. A força de suas idéias, para os estudam o tema ou militam no "mundo do trabalho", tornam estratégica a leitura deste livro. ★

Artur Araújo é militante do PT-SP

*(*Posição estratégica e força operária*, em tradução literal)

Posición estratégica y fuerza obrera – Hacia una nueva historia de los movimientos obreros
John Womack Jr. – Editora Fondo de Cultura Económica, México, 2007
443 páginas – ISBN 978-968-16-8514-0